

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David Santos Lopes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. _____

Hora de Abertura: dezassete horas trinta minutos _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Técnico Superior da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Sr. José Manuel Lucas Prior, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes deu conhecimento do seu Despacho n.º 17/2019, relativo ao período de férias no período de 01 a 14 de agosto de 2019, delegando todas as competências que lhe foram delegadas na Reunião de 19 de outubro de 2017, na Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás. _____

Relativamente às Festas da Feira de S. Pantaleão, o Sr. Presidente congratulou-se e salientou a boa forma como as mesmas decorreram, nomeadamente a nível de espetáculos, grande participação da população. Salientou também e agradeceu a dedicação e trabalho de todos os trabalhadores do município. _____

A seguir referiu-se à volta a Portugal de bicicleta, que passa no concelho. _____

Deu conhecimento que na véspera foi celebrada a escritura do sistema Intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos em Penela do qual fazem parte doze municípios. _____

Deu de seguida a palavra aos Srs. Vereadores. _____

O Sr. Vereador, Eng.º Filipe Silva, cumprimentou o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores, bem como o Sr. Técnico Superior, Sr. José Prior e a Sr.ª Secretária, Dra. Adelaide Paiva. _____

Iniciou a sua intervenção apresentando uma declaração política sobre o REVITA, que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Declaração política

Os trágicos acontecimentos corridos nos incêndios de 2017 tem merecido, desde o início, por parte do

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Partido Social Democrata uma atenção particular. _____

Há poucos dias foi tornada publica a auditoria que o Tribunal de Contas realizou ao Fundo Revita. Um Fundo criado pelo Governo para gerir os donativos de apoio às populações e revitalização das áreas afetadas pelos incêndios de junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos. _____

O Partido Social Democrata perante o Relatório da Auditoria e das suas conclusões entende fazer a seguinte declaração política. _____

O Tribunal de Contas divulgou a auditoria, solicitada pela Assembleia da República, que incidiu sobre o Fundo REVITA, tendo por objetivo: _____

a) A adequação do Fundo REVITA enquanto instrumento de assistência humanitária; _____

b) A regularidade da execução do Fundo; _____

c) A eficiência e eficácia da utilização dos fundos. _____

A auditoria do Tribunal de Contas é arrasadora. _____

Quanto à adequação do Fundo REVITA enquanto instrumento de assistência humanitária constata-se “a insuficiência dos sistemas de controlo e de gestão de riscos éticos e um grau de transparência não satisfatório. Regista-se também a utilização de um modelo de gestão que, para além de nem sempre ter sido aplicado da forma prevista, não assegurou devidamente princípios de segregação de funções.” _____

No que se refere à regularidade da execução do Fundo “Encontraram-se, entre outros, vários défices de transparência na utilização dos fundos e na execução do Fundo REVITA” _____

Quanto à eficiência e eficácia da utilização dos fundos, observou-se, entre outros, que “a constatação de défices de controlo e a possibilidade de desvios relativamente ao critério definido não permitem concluir pela clara eficácia da ajuda” _____

Mas mais, _____

O Tribunal de Contas detetou falta de transparência e falta de controlo na execução do Fundo considerando que as pessoas afetadas não foram suficientemente envolvidas. _____

As observações do Tribunal não se ficam por aqui e vão mais longe. Se a constituição do Revita foi transparente nos donativos em dinheiro já o mesmo não se pode dizer dos donativos em espécie e cito: “ o valor dos donativos em espécie não está claramente determinado; os municípios não cumpriram a determinação regulamentar de integrar no Fundo os bens que lhe haviam sido doados” Pág. 12 do Relatório. Registe-se que o município de Castanheira de Pera celebrou um protocolo com a ONG Médicos do Mundo,

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

que geriu os bens em espécie doados, designadamente os doados antes da constituição do Fundo REVITA, e os municípios de Pedrógão Grande e de Figueiró dos Vinhos conservaram e geriram os bens que lhes foram doados, refere ainda o documento. _____

A Auditoria é perentória em referir que não há informações claras sobre os donativos em espécie e insiste na falta de envolvimento da população e no peso excessivo das autarquias, com os municípios a terem e cito: “muitas oportunidades de controlar e influenciar os processos em todas as suas fases, neutralizando a colegialidade e os controlos previstos”. _____

Como já referido o PSD tem acompanhado esta matéria desde o início e colocámos algumas dúvidas sobre a forma como tudo isto foi feito e os resultados desta auditoria dão razão ao PSD. _____

Mais do que dar-nos razão são arrasadores para quem geriu o fundo e igualmente desastrosos para as pessoas de Figueiró dos Vinhos, de Castanheira de Pera e de Pedrógão Grande que merecem outro tratamento. _____

O conhecimento sobre a gestão dos donativos é um elemento básico do escrutínio democrático, por mais que, eventualmente, isso seja incómodo para alguns. _____

Conhecido o Relatório da Auditoria o Primeiro-ministro António Costa apressou-se a desvalorizar o assunto considerando que a auditoria aponta apenas "suposições" e "dúvidas metodológicas", ao contrário do Sr. Presidente da República que considerou que “Vale a pena que o Governo e as autarquias olhem com atenção para o que diz o Tribunal de Contas para retirarem lições eventualmente para o futuro”. _____

Perante isto o que dizer do silêncio do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. Não se considerará que haverá aqui, isso sim, e sem margem para dúvidas atos reprováveis, não pelo fim como é evidente, mas pelos contornos que tiveram? Será que foi inocente e transparente todo o aparato dado à conservação e gestão dos donativos principalmente os bens doados em espécie? Será que depois destas arrasadoras conclusões para a gestão dos fundos de apoio às vítimas dos incêndios não se ouviram reações negativas das populações a estes acontecimentos, também e precisamente pela conotação política atribuída pela população em geral? Será que o Município de Figueiró dos Vinhos e o seu Presidente nada viu, nada sabe, nada tem a dizer? _____

Lamenta-se a ligeireza de alguns com dificuldade em olhar para si próprios que, sem pudor, se apressam a servir de comentadores e a fazer processos de intenção de acontecimentos que nunca aconteceram. Puro e baixo aproveitamento político, dirão alguns. _____

Aproveitamento será agora, dirão outros, conhecidos que são os argumentos do costume. Aquando dos incêndios quem tentava falar acerca do assunto era acusado de aproveitamento político. Dois anos decorridos, milhares de artigos escritos, notícias na rádio e na televisão, debates, comissões e auditorias é o reviver e o recordar da tragédia e das vítimas que serve como argumento para colocar uma pedra sobre o

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

assunto. Dos mesmos que com a mesma falta de humildade para reconhecer e assumir os erros reafirmam que nada mudavam. _____

Nada disto convence. Nada. Nunca, nem ninguém é responsável por nada. _____

Um regime democrático deve estar alicerçado na fiscalização das instituições e na responsabilização dos seus atores políticos. É incrível como algo tão simples continua a ser tão difícil de aceitar. _____

O que aconteceu em Pedrógão foi uma tragédia e o que aconteceu depois foi mau de mais. Todos podem ter a sua ordem de prioridades, mas a ocasião exigia responsabilidade e mais respeito pelos portugueses. Uma tragédia desta dimensão e com o que agora se soube não pode ficar por aqui. Não só por respeito aos que faleceram, mas também para segurança dos vivos. _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

A seguir, alertou para a **queixa apresentada pelo munícipe Sr. Hélder Duarte, sobre a falta de limpeza da estrada que liga o IC 8 à Coelheira**, que se transcreve na íntegra: _____

“Queixa Sr. Hélder Duarte

A limpeza junto às estradas continua a preocupar as populações que preocupadas nos alertam para as situações que consideram merecer mais atenção. Lemos e vimos. Não podemos ignorar. _____

Trago hoje aqui um caso que me foi transmitido pelo senhor Hélder Duarte, o qual não posso, nem devo ignorar. Em causa está o estado da estrada que liga o IC8 à povoação da Coelheira, que também acede ao Vale da Pousada e à Machuca. Refere, nomeadamente, o Sr. Helder que “cresceu o mato, cresceram os rebentos dos eucaliptos ardidos. Caíram e estão precários os pinheiros ardidos. As bermas estão infestadas de ervas e mato em crescimento. Não existiu qualquer limpeza que a legislação claramente obriga, no cumprimento da segurança. A acontecer qualquer incidente fica comprometido o ACESSO, FUGA, AUXÍLIO e a SEGURANÇA da população. O estado catastrófico obriga os automobilistas a circular ao centro da estrada. Mesmo assim já foram afetados por pinheiros caídos, com pequenos danos nas viaturas.” Fim de citação. _____

Todos sabemos da importância que a limpeza tem para a segurança de pessoas e bens. É por demais conhecida a importância da gestão de combustíveis na acessibilidade dos bombeiros e outros operacionais, tornando a sua intervenção mais eficaz e segura, e descontinuidade do material combustível, dificultando a propagação do incêndio e diminuindo a sua intensidade, permitindo ainda uma maior eficácia para o combate. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Não ignoramos a extensão do concelho, nem a dificuldade para acudir a tudo. Mas, mesmo conscientes das dificuldades elas têm de ser superadas por se tornarem uma séria ameaça à segurança dos cidadãos e dos seus bens. _____

O PSD entende que depois do que aconteceu em 2017 nada pode ficar como dantes. A segurança tem de ser uma prioridade. A legislação deve cumprir-se e fazer cumprir e os Municípios têm aqui uma responsabilidade acrescida, não só pelas obrigações que têm, mas também pelas recentes afirmações do Sr. Primeiro-ministro e cito “não digo aos que são os primeiros responsáveis pela proteção civil em cada concelho, que são os autarcas, o que é que devem fazer para prevenir, através da boa gestão do seu território, os riscos de incêndio” _____

Temos conhecimento de que o executivo recebeu, também, esta queixa com solicitação expressa de resolução. Face ao exposto e ao conteúdo da queixa/denúncia apresentada pelo cidadão Hélder Duarte o que pensa fazer o executivo Municipal? _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

Deixou também um alerta, para a **limpeza da Praia Fluvial das Fragas de S. Simão**, que também se transcreve na íntegra: _____

“Limpeza Praia Fluvial Fragas São Simão

As Praias Fluviais constituem um equipamento importante no turismo de Figueiró dos Vinhos. _____

Já lá vai o tempo da Bandeira Azul, mas mesmo assim são reveladoras de deslumbrantes recantos e de paisagens únicas, com trilhos apetecíveis, que constituem espaços aprazíveis e acolhedores, proporcionando momentos de descanso e lazer a todos aqueles que as visitam. _____

A tranquilidade, a segurança, a proximidade com a natureza e os equipamentos que lhe estão associados, são características, que demarcam a Praia Fluvial das Fragas de São Simão, potenciando-a como uma alternativa às regiões do litoral. _____

Mas esta alternativa só será viável se a praia estiver limpa e cuidada e em condições de ser desfrutada por quem a procura. _____

Vem isto a propósito de alertas que temos recebido e que pudemos confirmar em visita que fizemos ontem, dia 30 de julho, acerca do estado em que se encontra a Praia Fluvial das Fragas de São Simão. _____

E o que pudemos verificar foi: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Em plena época balnear cremos que era expectável e desejável que a praia estivesse com outras condições. Fica aqui o alerta para que a situação possa ser rapidamente corrigida de forma a que quem a visita possa usufruir do que o melhor da natureza e bem-estar tem para oferecer. _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

A seguir questionou onde e quando foram distribuídos os **kits nas Aldeias seguras**, o que pensa a Câmara fazer, deixando o documento que a seguir se transcreve na íntegra: _____

“Kits – Aldeias Seguras

Face às notícias acerca dos Kits distribuídos no âmbito dos programas "Aldeias Seguras" e "Pessoas Seguras" distribuídos desde o verão de 2018 em zonas de risco elevado de incêndio o PSD, preocupado, com a segurança dos Figueiroenses não pode deixar de questionar este assunto. _____

É público que no âmbito do programa “Aldeias Seguras” e "Pessoas Seguras”, a Proteção Civil entregou 70 mil golas antifumo, que custaram 125 mil euros, fabricadas com poliéster, material inflamável e sem tratamento anti carbonização, não tendo a eficácia que deveriam ter: evitar inalações de fumos através de um efeito de filtro. _____

O governo tem sido um desastre na gestão política dos incêndios. Depois do Primeiro-ministro vir apontar o dedo e responsabilizar os autarcas como primeiros responsáveis pela proteção civil em cada concelho, a reação do Ministro da Administração Interna é tão inacreditável como a situação em si. O senhor ministro culpa os autarcas e fica incomodado com perguntas dos jornalistas, quando a irresponsabilidade do que aconteceu é entregar material inflamável a pessoas supostamente para as proteger. _____

Depois de se saber que o material foi comprado a uma empresa com ligações familiares a uma autarca socialista e sabe-se agora que as golas não terão sido propriamente um bom negócio do ponto de vista financeiro. _____

É agora, também público, que o colete refletor, também é feito em poliéster. _____

Entretanto as câmaras municipais começam já a recolher todos os componentes inflamáveis de que são exemplo a Câmara Municipal de Sintra e da Câmara Municipal de Soure. _____

Perante estes factos impõe-se conhecer a realidade no nosso concelho. _____

1. Os referidos Kits foram distribuídos às populações do concelho de Figueiró dos Vinhos? _____

2. Se sim, onde e quantos? _____

3. Em face do que se conhece e do perigo que pode representar para os Figueiroenses o que pensa a

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Câmara Municipal fazer? _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

Por fim, apresentou um documento sobre **Outdoors versus interesse Municipal**, que se transcreve na íntegra: _____

“OUTDOORS versus INTERESSE MUNICIPAL

Em Figueiró dos Vinhos está em curso uma campanha de divulgação de cursos em duas Escolas Profissionais de concelhos contíguos ao nosso com recurso a outdoors: o Instituto Vaz Serra, em Cernache do Bonjardim e a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal, em Pedrogão Grande. _____

Nada de mais se os outdoors não fossem apoiados/protocolados pela Câmara Municipal e quando Figueiró se prepara para abrir uma Escola Profissional. _____

Isto faz lembrar o recente anúncio do Aeroporto de Faro que promove Marselha. O tal que em comunicado, o Governo disse que essa publicidade é “contrária aos interesses do país, dos portugueses e da economia nacional”. _____

Ora o anúncio de Faro está para o país como estão os outdoors para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

Numa altura em que é mais fácil criar uma escola do que enchê-la de alunos, são outdoors que consideramos contrários aos interesses do Concelho, da sua comunidade educativa e dos Figueiroenses. _____

Não é a primeira vez que o PSD chama a atenção para esta publicidade na vila. Nada foi corrigido e a sua situação repete-se. Mesmo que indiretamente estamos a financiar a concorrência. _____

Esta é uma situação difícil de aceitar agora que um polo da Escola Profissional Agostinho Roseta se prepara para abrir em Figueiró dos Vinhos. Era a última coisa que estaríamos à espera, que a Câmara Municipal que protocolou os outdoors colaborasse na campanha a favor das Escolas Profissionais de concelhos vizinhos. Nada temos contra outras Escolas. Mas defendemos a nossa. Nada temos contra a publicidade a escolas de outros concelhos desde que não a ajudemos a pagar. _____

Sugerimos assim, que a Câmara deve equacionar, rever e adaptar o protocolo existente de forma a que a publicidade dos outdoors não colida com decisões estratégicas do Município como é o caso dos outdoors em frente à Galp e do que está à entrada da Vila (antigo Matadouro), no Bairro Teófilo Braga. _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019 _____

O Vereador _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Luís Filipe Silva” _____

O Sr. Vereador, Dr. Carlos Lopes, cumprimentou os presentes e congratulou-se pela forma como decorreram as Festas de S. Pantaleão, três dias de grande tradição popular, grande melhoria na qualidade dos espetáculos e grande movimento, foi notória a participação da população. Contudo é de opinião que havia necessidade de promover um referendo para ver a possibilidade de feira voltar para o centro da Vila, além de dar outro movimento à Vila seria uma forma de ressuscitar a feira. _____

Relativamente à primeira intervenção do Sr. Eng.º Filipe Silva, e declaração política que apresentou sobre o que foram as conclusões do Tribunal de Contas, relativamente ao Fundo Revita e apoios dados às populações, deixou uma declaração muito clara, “*à política o que é da política e à Justiça o que é da Justiça*”. Lembrou as palavras do Sr. Presidente do PSD, “*é de mau tom fazer críticas enquanto o fogo ainda decorre*”, só depois devem tirar conclusões, cada executivo terá os seus critérios e tem a sua forma de gerir os seus processos. Entende que não estão a acrescentar muito àquilo que importa sublinhar. Precisam de deixar alguma crispação, pois há justificações para tudo. Disse que a sua posição relativamente não é criticar ou deixar qualquer tipo de depreciação. Acredita em todos os órgãos do executivo, tem a certeza que são pessoas sérias, honestas, íntegras e a esse nível não podem nem devem ser questionadas. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, relativamente ao relatório do Tribunal de Contas, alegou que o Sr. Vereador está a falar sobre outro concelho e não o de Figueiró dos Vinhos, porque perante as investigações do Ministério Público e da Polícia Judiciária, Figueiró dos Vinhos é um exemplo quanto à transparência e isenção. É evidente que o relatório abrange um território de três concelhos, estando as suas conclusões generalizadas. Sobre os bens em espécie dados ao nosso concelho, estão de consciência tranquila pela forma como decorreu a gestão dos mesmos e a forma como chegaram à população. Referiu ainda que, se o Sr. Vereador quisesse fazer uma análise séria ao relatório, constata que o Tribunal de Contas deixa recomendações, essencialmente à Assembleia da República e ao Governo. _____

A Sr.ª Vereadora, Dr.ª Marta Brás, relativamente à declaração política apresentada pelo Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, lembrou alguns episódios por si protagonizados sobre a temática, constatando a alteração de postura e a incoerência, mais uma vez, do Sr. Vereador. Lembrou que, a dada altura, o Sr. Vereador mostrou grande indignação pelo facto de, na sua interpretação, o Sr. Presidente da Câmara de Pedrógão Grande tentar arrastar Figueiró dos Vinhos nalgumas situações que em nada se identificavam com o nosso Concelho, apesar de, e lembrou, ter sido uma das primeiras pessoas, logo nas semanas seguintes ao incêndio, a expor o nosso concelho dizendo para a comunicação social que nada estava a ser feito e que a ajuda não estava a chegar às

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

pessoas. Agora volta a repetir esta lamentável posição, generalizando e manifestando, com as suas análises políticas muito pouco sérias, o que sempre fez, denegrir o trabalho que foi feito. _____

Lembrou também que, todos os esclarecimentos sobre a distribuição dos alimentos e os donativos em espécie às populações, já foram dadas às mais diversas entidades, inclusive a todas as bancadas parlamentares da Assembleia da República, contudo continua a questionar e gestão dos bens e a desvalorizar o que foi feito. Questionou ao Sr. Vereador que indicasse alguma localidade ou alguém a quem não tivessem chegado esses mesmos bens, e que deles tenham precisado, porque o executivo não tem. _____

Referiu que devemos todos aprender uns com os outros, assim, sendo o Sr. Vereador, na altura, Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários, onde foram recebidas toneladas de bens, questionou o Sr. Vereador como é que os geriu, como os inventariou e distribuiu, se tem todos os registos, porque dessa forma poderia ter-nos ensinado alguma coisa. _____

Sobre a segregação de funções dos funcionários, que realça na sua declaração, lamenta esta posição vinda de alguém que tem a obrigação de conhecer a estrutura interna da Autarquia e as dificuldades sentidas. Lembrou que, na altura, o Sr. Vereador era Presidente dos Bombeiros, Presidente da Junta de Freguesia e funcionário da Autarquia, questionando se isto não é segregação de funções. _____

O Sr. Vereador, Eng.º Filipe Silva, pediu a palavra em defesa da honra, disse que o Tribunal de Contas emitiu um parecer, o que apresentou é um documento de cariz político, sente-se bombardeado, têm caminhos diferentes. _____

A Sr.ª Vereadora, Dr.ª Marta Brás, deixou proposta no sentido de terem acesso atempadamente, aos documentos apresentados pelo Sr. Vereador para poderem, também eles, debruçarem-se sobre os mesmos e apresentarem declarações ou reflexões por escrito. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, relativamente aos outdoors disse que a declaração do Sr. Vereador não corresponde à realidade, porquanto cada entidade é livre de escolher os outdoors que pretende para as divulgações. A Autarquia não é proprietária daquele outdoor e só assume os encargos relativos à sua própria publicidade. Nada impede Figueiró de colocar divulgação da nossa oferta formativa junto a escolas de outros concelhos. _____

Quanto à lógica que irá nortear a Escola Agostinho Roseta, será sempre a de disponibilizar oferta que não exista nas outras escolas da região e que portanto não haverá pelo menos ao nível dos cursos uma concorrência direta, mas sim uma complementaridade e maior diversidade na oferta. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Sobre a limpeza da Praia Fluvial das fragas de S. Simão, disse que ficou maravilhado com o que encontrou a nível de limpeza, elogiou o Sr. Vereador Manuel Paiva, pelo trabalho digno que foi feito para a época que se avizinha. _____

O Sr. Vereador, Dr. Carlos Lopes, esclareceu que não bombardeia ninguém, o colega Eng.º Filipe Silva tem a legitimidade que entende e apresenta o que entende ser mais assertivo e o representante do Movimento Figueiró Independente, também faz as intervenções que entende. _____

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 15/2019 de 10/07/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da reunião. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, não participou na votação e discussão deste assunto dado não ter estado presente na referida reunião, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia dez de julho de dois mil e dezanove e o dia trinta de julho de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 967 829,39 € (novecentos e sessenta e sete mil oitocentos e vinte e nove euros e trinta e nove centimos). _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 1729/2019 (mil setecentos e vinte e nove barra dois mil e dezanove) a 1985/2019 (mil novecentos e oitenta e cinco barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 844 036,14€ (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e seis euros e catorze centimos). _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia dez de julho de dois mil e dezanove e o dia trinta de julho de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 79 475, 87€ (setenta e nove mil quatrocentos e setenta e cinco euros e oitenta e sete centimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 181/2019 (cento e oitenta e um barra dois mil e dezanove) a 191/2019 (cento e noventa e um barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância de 23 499,46 € (vinte três mil quatrocentos e noventa e nove euros e quarenta e seis centimos) _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia trinta de julho de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 74 875,56 € (setenta e quatro mil oitocentos e setenta e cinco euros e cinquenta e seis centimos), e em operações não orçamentais (tesouraria) 73 783,67€ (setenta e três mil setecentos e oitenta e três euros e sessenta e sete centimos). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

OUTROS

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição ou faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 08.07.2019 a 26.07.2019. _____

Relação dos despachos referentes aos processos de aquisição de serviços e fornecimentos de bens e empreitadas no período entre 05.07.2019 a 25.07.2019. _____

Relação dos despachos referentes aos requerimentos de obras particulares, de 11.07.2019 a 31.07.2019

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 21 de junho e 12 de julho de 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueiroense e à Comissão de Melhoramento e Apoio Social da freguesia de Arega correspondendo o apoio no valor total de 132,23€ (cento e trinta e dois euros e vinte e três cêntimos). _____

CONTRATO DE CONCESSÃO DO BAR DA PRAIA FLUVIAL DAS FRAGAS DE S. SIMÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho emitido pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, datado de 31/07/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna emitida pela UOAF, no sentido do contrato de exploração do Bar da Praia Fluvial das Fragas de S. Simão com a empresa “Panoramatur – Restauração e Turismo, Ld.ª, seja extensível até ao final da época balnear de 2019, sujeitando a concessão a novo concurso após o seu término. _____

Despacho do Sr. Presidente: “Concordo, à Reunião de Câmara para conhecimento e ratificação”. _____

Informação Interna UOAF: “Terminado o prazo do contrato de concessão de exploração do bar da praia fluvial das Fragas de S. Simão com a empresa “Panoramatur – Restauração e Turismo, Ld.ª, cumpre-me apresentar a seguinte Informação: _____

O contrato de concessão em causa foi celebrado a 29 de julho de 2011, pelo período de 24 meses, prorrogáveis por períodos de 12 meses, até ao limite de 96 meses (28 de julho de 2019). _____

Note-se que, a data de assinatura do contrato compromete a abertura atempada da infraestrutura para as épocas balneares em anos de novo concurso. _____

Posto isto, e tendo por base a prossecução do interesse público no que se refere ao bem-estar dos utilizadores da praia fluvial das fragas de S. Simão, sugere-se que o contrato seja extensível até ao final da época balnear de 2019, sujeitando a concessão a novo concurso após o seu término”. _____

4.2 ADENDA AO PROTOCOLO CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Adenda ao Protocolo respeitante às Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente a subscrever entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, O Município de Figueiró dos Vinhos e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. _____

Mais deliberou dar poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, para outorgar na respetiva Adenda ao Protocolo, a qual fica por fotocópia arquivada aos documentos anexos da presente ata. _____

4.3 REABILITAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS – REVISÃO DE PREÇOS: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 71/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a revisão de preços relativamente à empreitada “Reabilitação de estradas municipais”, no valor de 85.031,38€ (oitenta e cinco mil trinta e um euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA. _____

Proposta de Deliberação n.º 71/2019:

“Considerando que: _____

Com a conclusão da empreitada "Reabilitação de estradas municipais", adjudicada á empresa Construções JJR & Filhos, SA, e após a publicação dos índices de revisão de preços foi elaborado o cálculo da revisão de preços para o encerramento da candidatura “Recuperação de Infraestruturas referentes aos danos do incêndio de 17 de Junho de 2017 – Reabilitação de Estradas Municipais” com o código de operação CENTRO-07-2316-FEDER-000111. _____

O referido cálculo foi aceite pelo adjudicatário. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal, delibere pela aprovação da revisão de preços relativamente à empreitada “Reabilitação de estradas municipais”, no valor de 85.031,38 €, acrescido de IVA”. _____

4.4 REABILITAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS – CONTA FINAL: Sobre o assunto foi presente a

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

seguinte Proposta de Deliberação n.º 72/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a Conta Final, da empreitada “Reabilitação de estradas municipais”, no valor de 2.041.770,88€ (dois milhões quarenta e um mil setecentos e setenta euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido de IVA. _____

A respetiva Conta Final fica por fotocópia arquivada aos documentos anexos da presente ata. _____

Proposta de Deliberação n.º 72/2019:

“Considerando que: _____

Com a conclusão da empreitada "Reabilitação de estradas municipais", adjudicada á empresa Construções JJR & Filhos, SA, e assinatura do Auto de Receção Provisório, foi em reunião de câmara de 10.04.2019 aprovada a Conta Final Provisória para o encerramento da candidatura “Recuperação de Infraestruturas referentes aos danos do incêndio de 17 de Junho de 2017 – Reabilitação de Estradas Municipais” com o código de operação CENTRO-07-2316-FEDER-000111. _____

Neste sentido e após a elaboração do cálculo da Revisão de Preços foi retificado o documento inicial tendo sido assinada a Conta Final. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal, delibere pela aprovação da Conta Final, da empreitada “Reabilitação de estradas municipais”, no valor de 2.041.770,88 €, acrescido de IVA”. _____

4.5 PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE PARCÓMETROS EM FIGUEIRÓ

DOS VINHOS: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 73/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, prorrogando o contrato de concessão de parcometros pelo período de um ano. _____

Mais deliberou aprovar a minuta da adenda, dando plenos poderes ao Sr. Presidente para outorgar na respetiva Adenda do Contrato, a qual ficar por fotocópia arquivada aos documentos anexos da presente ata. _____

Proposta de Deliberação n.º 73/2019:

“Entre o Município de Figueiró dos Vinhos e a Empresa Resopre – Sociedade revendedora de aparelhos de precisão, S.A. foi assinado, em 2 de julho de 1999, um contrato de concessão em exclusivo para instalação e exploração de parcometros em Figueiró dos Vinhos; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Considerando que a cláusula n.º 1 dispõe que: “*A presente concessão é válida a partir desta data, pelo período de (10) dez anos, prorrogáveis por períodos a acordar entre as partes, se não houver denúncia por qualquer delas, com a antecedência mínima de trinta dias antes do termo do prazo*”; _____

Foi elaborada e assinada adenda ao contrato, aprovada em reunião de Câmara de 26/12/2012 por um período de (10) anos, retroagindo os seus efeitos à data de 02/07/2019; _____

Tendo os efeitos da adenda retroagido à data de 02/07/2019, a mesma teve o seu término a 01/07/2019;

Até à data nenhuma das partes se manifestou no sentido de pretender a rescisão, continuando a cumprir pontualmente as correspondentes responsabilidades assumidas no contrato; _____

Foi realizada uma reunião com o representante da empresa a 18 de julho de 2019, sugerindo-se a prorrogação do contrato pelo período de (1) um ano, tendo a empresa aceite as condições da prorrogação; _____

Nestes termos, considerando a descrição supra sobre o assunto em análise, PROPOMOS que a Câmara Municipal delibere prorrogar o contrato de concessão de parâmetros nos termos enunciados, como também a minuta da adenda, concedendo poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para outorgar no contrato”.

4.6 COMPLEXO EMPRESARIAL SONUMA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 78/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a prorrogação graciosa do prazo da empreitada, por 45 dias, a terminar a 18 de setembro do corrente ano, sem qualquer encargo adicional para o município. _____

Proposta de Deliberação n.º 78/2019:

“Considerando que: _____

Foi solicitado, pelo adjudicatário Eco Demo, Demolições Ecologia e Construção, SA, um pedido de prorrogação de prazo da empreitada tendo obtido parecer favorável por parte da fiscalização, a empresa MTD Engenharia, Lda. _____

O adjudicatário invocou o atraso no início dos trabalhos de pavimentação, por motivo de encerramento da empresa, o que por sua vez vai implicar que os trabalhos posteriores se realizem mais tarde que o previsto inicialmente. _____

Atendendo aos factos invocados, poderá ser autorizada a prorrogação proposta pelo prazo de 45 dias. _____

Neste sentido: _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere pela aprovação de uma prorrogação graciosa do prazo da

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

empreitada, por 45 dias, a terminar a 18 de setembro do corrente ano, sem qualquer encargo adicional para o município”. _____

4.7 ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 77/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 77/2019:

“Considerando que: _____

O documento “Estratégia Local de Habitação” (ELH) é um instrumento de iniciativa municipal, fundamental para a concretização dos princípios orientadores delineados pela “Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH) e, em particular, no “1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”. _____

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU) aprovou a candidatura para apoio financeiro ao abrigo do art.º 16º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, para elaboração do documento ELH do município de Figueiró dos Vinhos pelo montante de comparticipação no máximo de 23.616,00€, tendo para o efeito remetido a minuta do “Contrato de comparticipação para acompanhamento técnico (1º Direito)”.

Nestes termos, _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere pela aprovação da minuta do “Contrato de comparticipação para acompanhamento técnico (1º Direito)”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Estratégia local de habitação de Figueiró dos Vinhos – Contrato de comparticipação para acompanhamento técnico

Princípio Constitucional _____

A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego. _____

Em 2015, foi lançada a Estratégia Nacional para a Habitação com o principal objetivo de criar as condições para facilitar o acesso das famílias à habitação. Facilidade de acesso no preço, na localização, na qualidade, no

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

conforto, na segurança, nas acessibilidades, na tipologia, na forma de ocupação, na mobilidade, no meio ambiente que a envolve. _____

Em outubro de 2017, foi lançado um pacote legislativo que se designou por Nova Geração de Políticas de Habitação. _____

Em 5 de julho de 2019 foi aprovada a Lei de Bases da Habitação que obriga o Estado a ter um papel que até agora não tem tido na política de habitação em Portugal. _____

O PSD defende, ainda agora o fez aquando da discussão da Lei de Bases, que o Estado tem de se manter como garante do direito constitucional à habitação, isto é não devem ser os privados a resolverem o problema social do Estado. _____

Para nós assegurar o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações precárias e que não dispõem de capacidade financeira para aceder, sem apoio, a uma solução habitacional adequada é um imperativo. _____

A nosso ver o apoio, para além da ajuda direta às pessoas necessitadas deve assentar, também, na reabilitação do edificado e arrendamento que promovam a inclusão social do concelho e de quem cá vive. _____

Sempre entendemos que primeiro estão as pessoas. É até esse o lema da nossa candidatura. _____

Congratulamo-nos, pois, com esta iniciativa, já em curso em várias câmaras municipais espalhadas pelo país e que vem ao encontro do que sempre defendemos. Mas vamos mais longe. _____

Dadas as enormes dificuldades que as pessoas têm hoje para aceder a uma casa, defendemos, também, **políticas públicas que não se traduzam apenas em medidas de cariz essencialmente social e para os mais vulneráveis, mas também em políticas viradas para os mais jovens de forma a que possam, também eles, ter condições de atração e fixação na nossa terra.** _____

Aliás, no âmbito da Lei de Bases da Habitação, recentemente aprovada, os municípios vão poder fixar taxas diferenciadas dos impostos em função do uso habitacional efetivo pelo que a política fiscal, em matéria de habitação, deverá estimular o melhor uso dos recursos habitacionais, privilegiar a reabilitação urbana e a dinamização do mercado de arrendamento e discriminar positivamente as despesas de conservação e manutenção da habitação permanente. _____

Em face do atrás descrito **votamos favoravelmente** a Proposta de Deliberação nº 77/2019. _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019. _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação a este assunto referiu que muito se tem

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

feito a este nível, e claramente tem sido uma questão essencial na estratégia delineada. É mais um passo de grande importância para garantir, nesta matéria, uma melhoria significativa no Concelho. _____

Finalizou, apresentando os parabéns à Sr.ª Vereadora Marta Brás pelo trabalho desenvolvido naquela área.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, corroborou o transmitido pelo Sr. Presidente, lembrando as várias iniciativas já tomadas pela maioria do Executivo, referindo, para além do Regulamento de apoio à recuperação de habitação no centro histórico, a alteração ao Regulamento de apoio à recuperação de habitações degradadas, que permitiu abranger mais pessoas e alargar significativamente os apoios, a celebração do protocolo com o IRHU, no âmbito do programa “Reabilitar para arrendar – Habitação Acessível”, e o alargamento da idade dos destinatários do “Porta 65” para os 35 anos, aprovada pelo Governo, e cuja submissão de candidaturas é assegurada no Espaço do Cidadão. _____

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a Proposta de Deliberação n.º 77/2019, aprovando a minuta do “Contrato de comparticipação para acompanhamento técnico (1º Direito)”, a qual fica arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

Mais deliberou dar poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, para outorgar o respetivo Contrato. _____

4.8 LOTEAMENTO CONTÍGUO AO PARQUE EMPRESARIAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – ADJUDICATÁRIO CONTEC – CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, SA – LIBERTAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 76/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a liberação parcial da caução no montante de 20.387,78 euros (vinte mil trezentos e oitenta e sete euros e setenta e oito cêntimos), mantendo-se retido o valor de 2.412,52 euros (dois mil quatrocentos e doze euros e cinquenta e dois cêntimos). _____

Proposta de Deliberação n.º 76/2019:

“Considerando que: _____

O auto de receção provisória da empreitada " Loteamento contíguo ao Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos ", cujo adjudicatário foi a empresa Contec - Construção e Engenharia, SA, ocorreu no dia 08.05.2015.

Tendo decorrido o prazo de 4 anos desde o referido auto de receção provisória e, após vistoria pelos serviços,

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

verificou-se que os trabalhos não apresentavam defeitos pelos quais se deva responsabilizar o empreiteiro. Conforme o nº 5 conjugado com o nº 7 ambos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos pode ser liberado parte do valor da caução. _____

Nestes termos,

Proponho que a Câmara Municipal delibere pela liberação parcial da caução no montante de 20.387,78 €, mantendo-se retido o valor de 2.412,52 €". _____

5.UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

5.1. PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO –

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

SUPORTE DE CUSTOS DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS

DE JUNHO DE 2019: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 92/SF/2019, datada de 11/07/2019, no valor de 10.056,92 euros (dez mil cinquenta e seis euros e noventa e dois centimos).

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 31 de Julho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 10.056,92 euros (dez mil cinquenta e seis euros e noventa e dois centimos), relativo ao suporte de custos com diversos trabalhadores do mês de junho de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de reuniões. _____

5.2 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM A SEGURANÇA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 11/07/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 88/SF/2019 datada de 11/07/2019 no valor de 361,41 euros (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 11/07/2019 relativo ao pagamento dos custos com a segurança social do mês de abril de 2019, no valor de 361,41 euros (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos). _____

5.3 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM A SEGURANÇA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 11/07/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 89/SF/2019 datada de 11/07/2019 no valor de 361,41 euros (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 11/07/2019 relativo ao pagamento dos custos com a segurança social do mês de maio de 2019, no valor de 361,41 euros (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos). _____

5.4 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM OS VENCIMENTOS REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 14/06/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 90/SF/2019 datada de 13/06/2019 no valor de 3.164,18 euros (três mil cento e sessenta e quatro euros e dezoito cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 14/06/2019 relativo ao pagamento dos custos com os vencimentos do mês de junho de 2019, no valor de 3.164,18 euros (três mil cento e sessenta e quatro euros e dezoito cêntimos). _____

5.5 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM SEGURO DE

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

ACIDENTES DE TRABALHO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR.

PRESIDENTE DATADO DE 11/07/2019: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 91/SF/2019 datada de 11/07/2019 no valor de 887,51 euros (oitocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 11/07/2019 relativo ao pagamento dos custos com o seguro de acidentes de trabalho, no valor de 887,51 euros (oitocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos). _____

5.6 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – PEDIDO DE APOIO

FINANCEIRO – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO EBJM: A Câmara Municipal à semelhança do ano anterior, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 5.000,00 euros (cinco mil euros). ____

5.7 FESTIVAL DE BANDAS FILARMÓNICAS – PEDIDO DE SUBSÍDIO:

Presente um ofício da Filarmónica Figueiroense, a solicitar um subsídio para fazer face às despesas inerentes à realização do Festival de Bandas Filarmónicas no Jardim Municipal no âmbito das Festas da Feira de S. Pantaleão, a ocorrer ni dia 28 de julho de 2019. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 800,00 euros (oitocentos euros). _____

6. GABINETE DE GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

6.1 CERTIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROPRIEDADE - ARTIGO N.º 54, DA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO, DOS ARTIGOS MATRICIAIS N.º 1456-R, SITO EM BARROCA DA PORTELA; N.º 1462-R, SITO EM BARROCA DA PORTELA; N.º 1480-R, SITO EM LOURICEIRA; N.º 1499-R, SITO EM LOURICEIRA; N.º 1505-R, SITO EM LOURICEIRA; N.º 1525-R, SITO EM LAMEIROS; N.º 1545-R, SITO EM LAMEIROS; N.º 1547-R, SITO EM PORTO DA RIBEIRA; N.º 1558-R, SITO EM PORTO DA PEREIRA; N.º 1571-R, SITO EM PORTO DA PEREIRA; N.º 1583-R, SITO EM PORTO DA PEREIRA; N.º 1585-R, SITO EM PÉ DE INGOTE; N.º 1587-R, SITO EM SANTO VILAR; N.º 1600-R, SITO EM SANTO VILAR; N.º 2044-R, SITO EM COVÃO; N.º 2695-R, SITO EM CARVALHAL DE CIMA; N.º 2940-R, SITO EM ATALHO E N.º 2991-R, SITO EM VALE CORREDOR, DA FREGUESIA DE CAMPELO E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 79/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, emitindo parecer favorável para a constituição de compropriedade dos prédios inscritos com os artigos matriciais n.º 1456-R, sito em Barroca da Portela; n.º 1462-R, sito em Barroca da Portela; n.º 1480-R, sito em Louriceira; n.º 1499-R, sito em Louriceira; n.º 1505-R, sito em Louriceira; n.º 1525-R, sito em Lameiros; n.º 1545-R, sito em Lameiros; n.º 1547-R, sito em Porto da Ribeira; n.º 1558-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1571-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1583-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1585-R, sito em Pé de Ingote; n.º 1587-R, sito em Santo Vilar; n.º 1600-R, sito em Santo Vilar; n.º 2044-R, sito em Covão; n.º 2695-R, sito em Carvalho de Cima; n.º 2940-R, sito em Atalho e n.º 2991-R, sito em Vale Corredor, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, não podendo contudo desta situação, resultar o parcelamento físico dos mesmos em virtude das parcelas não se situarem em perímetro urbano, e não ser viável a sua divisão física de acordo com a legislação em vigor nesta data; segundo o parecer técnico – informação n.º 124/GGUP/2019/RJUE de 25 de julho de 2019.

Proposta de Deliberação n.º 79/2019:

“António Henriques Assunção, na qualidade de cabeça de casal da herança de António de Assunção Júnior, com residência no Casal Velho, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos, veio, através do requerimento com o registo de entrada n.º 193, em 03.06.2019, requerer o pedido de certidão de compropriedade dos prédios inscritos com os artigos matriciais n.º 1456-R, sito em Barroca da Portela; n.º 1462-R, sito em Barroca da Portela; n.º 1480-R, sito em Louriceira; n.º 1499-R, sito em Louriceira; n.º 1505-R, sito em Louriceira; n.º 1525-R, sito em Lameiros; n.º 1545-R, sito em Lameiros; n.º 1547-R, sito em Porto da Ribeira; n.º 1558-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1571-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1583-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1585-R, sito em Pé de Ingote; n.º 1587-R, sito em Santo Vilar; n.º 1600-R, sito em Santo

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Vilar; n.º 2044-R, sito em Covão; n.º 2695-R, sito em Carvalho de Cima; n.º 2940-R, sito em Atalho e n.º 2991-R, sito em Vale Corredor, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos. _____

Considerando as informações emitidas no âmbito do procedimento de instrução no gabinete de gestão urbanística e planeamento, cumpre à câmara municipal deliberar a emissão de um ato sobre o local da situação dos prédios, de acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de constituição de compropriedade. _____

Nestes termos, PROPÕE-SE que a Câmara Municipal delibere: _____

- Emitir parecer favorável para a constituição de compropriedade dos prédios inscritos com os artigos matriciais n.º 1456-R, sito em Barroca da Portela; n.º 1462-R, sito em Barroca da Portela; n.º 1480-R, sito em Louriceira; n.º 1499-R, sito em Louriceira; n.º 1505-R, sito em Louriceira; n.º 1525-R, sito em Lameiros; n.º 1545-R, sito em Lameiros; n.º 1547-R, sito em Porto da Ribeira; n.º 1558-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1571-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1583-R, sito em Porto da Pereira; n.º 1585-R, sito em Pé de Ingote; n.º 1587-R, sito em Santo Vilar; n.º 1600-R, sito em Santo Vilar; n.º 2044-R, sito em Covão; n.º 2695-R, sito em Carvalho de Cima; n.º 2940-R, sito em Atalho e n.º 2991-R, sito em Vale Corredor, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, não podendo contudo desta situação, resultar o parcelamento físico dos mesmos em virtude das parcelas não se situarem em perímetro urbano, e não ser viável a sua divisão física de acordo com a legislação em vigor nesta data; segundo o parecer técnico – informação n.º 124/GGUP/2019/RJUE de 25 de julho de 2019”. _____

6.2 CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO SITA EM VALE VICENTE, DA FREGUESIA DE CAMPELO E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 80/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, certificando o estado de ruína da edificação com o artigo matricial n.º 996-U, sita em Vale Vicente, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis. _____

Proposta de Deliberação n.º 80/2019:

“Alcides Dinis Francisco, na qualidade de proprietário, residente na Rua Professor Francisco Nuno, n.º 23 – Jardim de Cima, freguesia e concelho de Santarém, veio requerer através do requerimento com o registo de entrada n.º 215, de 03.07.2019, o pedido de confirmação em como a edificação com o artigo matricial n.º 996-

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

U sita em Vale Vicente, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, se encontra em ruínas, para efeitos e nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do código de imposto municipal sobre imóveis – CIMI.

Considerando a informação emitida no âmbito do procedimento de instrução no processo técnico interno – auto de vistoria n.º 05/2019 do gabinete de gestão urbanística e planeamento, confirma-se que se trata de um prédio que está em ruínas provocadas pelo incêndio de junho de 2017, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do CIMI, cumpre à câmara municipal deliberar a confirmação do estado de ruína da edificação.

Nestes termos, PROponho que a câmara municipal delibere:

- Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do código de imposto municipal sobre imóveis – CIMI, a certificação do estado de ruína da edificação com o artigo matricial n.º 996-U, sita em Vale Vicente, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis”. _____

7. GABINETE DE APOIO AO INVESTIMENTO

7.1 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS À “RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

NA ZONA HISTÓRICA DA VILA” – PROCESSO 1/2019 – JOSÉ PEDRO TAVARES BARBOSA:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 74/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a atribuição de um incentivo no valor de 1.247,00 euros (mil duzentos e quarenta e sete euros) nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

Proposta de Deliberação n.º 74/2019:

“Considerando que: _____

De acordo com as informações dos serviços e conforme documentação anexa foi verificada a elegibilidade da candidatura apresentada por *José Pedro Tavares Barbosa* proprietário do Prédio sito na Rua Dr. António José de Almeida n.º 101 e seguintes em Figueiró dos Vinhos (Artigo Matricial n.º 3186 da União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas), à qual corresponde a atribuição de um incentivo no valor de 1.247 euros, nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere pela aprovação da atribuição de um incentivo no valor de 1.247 euros nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

7.2 PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA (CENTRO-03-5266-FSE-000023) – ENCARGOS:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 75/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o Protocolo de Colaboração no âmbito do “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria” bem como a liquidação do montante de 3.302,48€ (três mil trezentos e dois euros e quarenta e oito centimos) à CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria para comparticipação do valor não financiado no âmbito do “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria”. _____

Mais deliberou dar poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, para outorgar no respetivo Protocolo, o qual fica arquivado por fotocópia aos documentos anexos da presente ata. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

Proposta de Deliberação n.º 75/2019:

“Considerando que: _____

Foi aprovada a candidatura - “PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA” (CENTRO-03-5266-FSE-000023), apresentada pela CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e no âmbito da qual o município de Figueiró dos Vinhos também é beneficiário e executor. _____

No âmbito do projeto e em relação às ações que são promovidas pela CIMRL de forma direta para todos os municípios e conforme deliberação do Concelho Intermunicipal da CIMRL tomada em reunião de 14.06.2019, foi aprovada a minuta de protocolo de Colaboração tendo ficado determinado que a comparticipação financeira de cada um dos parceiros no projeto acima referido relativa ao valor não financiado (15%) é feita a cada Município em função do número de alunos identificados na candidatura. _____

No caso de Figueiró dos Vinhos essa percentagem de afetação é de 1,54% do total pelo que sendo o valor não financiado de 214.144,47€ cabe ao Município de Figueiró dos Vinhos proceder ao pagamento de 3.302,48€.

Nestes termos, _____

PROPOMOS que a Câmara Municipal, delibere pela aprovação do PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO do “PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA” e da liquidação montante de 3.302,48€ à CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria para comparticipação do valor não financiado no âmbito do “PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA”. _____

7. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

dezanove horas e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O TÉCNICO SUPERIOR DA U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)

- ATA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2019 (N.º 16/2019)